



**ACÓRDÃO Nº333/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12083/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Departamento Municipal de Trânsito de Maués - DEMUT
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Peterson Alberto Aguiar Dinelly (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 193/2023-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Departamento Municipal de Trânsito de Maués -  
DEMUX. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.  
Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do **Departamento Municipal de Trânsito de Maués - DEMUT**, sob a responsabilidade do **Sr. Peterson Alberto Aguiar Dinelly**, nos termos do art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual n. 2.423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Peterson Alberto Aguiar Dinelly**, no valor de **R\$ 1.706,80** (Um mil setecentos e seis e oitenta centavos), em razão das restrições n. 01, n. 02 e n. 03 não sanadas, cf. Relatório Conclusivo nº. 326/2022-DICAMI (fls. 229/239), com fundamento no art. 54, VII, da Lei Estadual n. 2.423/1996 e, ainda, com espeque no art. 308, VII, da Resolução n. 04/2002-RITCE/AM e alterações da Resolução TCE n.



**ACÓRDÃO Nº333/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

04/2018, bem como fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Determinar** expedição do Termo de Quitação **Sr. Peterson Alberto Aguiar Dinelly** – Diretor do DEMUT, condicionada ao pagamento do valor da multa aplicada cf. dicção do art. 24, da Lei Estadual n. 2.423/96, c/c art. 189, II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

**10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que oficie ao gestor, para o fim de dar-lhe ciência quanto aos termos da decisão do Tribunal Pleno, encaminhado, para tanto, cópia reprográfica do do Relatório e Voto;

**10.5. Arquivar** os autos, após o cumprimento de todas as formalidades legais.

**11- Ata:** 6ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 7 de Março de 2023

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico do  
TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº333/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO em 13/03/2023.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 6E190AC2-0D7C2C30-4E9A4115-1C660643